

PINGA-FOGO

■ **CÁRMEN LÚCIA ‘ESQUECEU’ O PRESIDENTE DA ALERJ?** - Será que foi intencional a proclamação do resultado, pela Ministra Cármen Lúcia do julgamento no TSE, nesta terça, quando afirmou que as condenações não teriam efeito imediato e aguardaria a publicação, já que Thiago Pampolha e Claudio Castro já haviam renunciado. Ela “esqueceu” que o deputado estadual Rodrigo Bacellar está no exercício do mandato e ocupa a presidência da Alerj? A praxe do TSE na perda de mandato é notificar imediatamente a corte regional.

■ **SEGUNDO TEMPO** - O TSE volta a se reunir nesta quarta, 25, convocada por birra da presidente Cármen Lúcia, quando ocorreu o pedido de vistas do ministro Kassio Nunes Marques. Ela queria liquidar a cassação do Governador do Rio e já deixou programada a sessão colocada uma na outra. Ninguém imaginava que este espaço fosse usado para corrigir o “ato falho” da ministra ao proclamar o resultado.

■ **ERRO DE CÁRMEN REFLETE NA ALERJ** - Não pedindo a comunicação imediata da perda do mandato, como é praxe na corte, Cármen Lúcia acaba refletindo o seu erro na sucessão estadual. A Alerj terá por mais uns dias - até a publicação - um presidente preso em um limbo jurídico, ou seja, cassado mais ainda no cargo. Em um jogo político no qual a definição de prazos gera polêmica e embates jurídicos, adiar a eleição da mesa é adiar quem será o governador interino do Rio. É algo muito sério para ser atropelado por um erro tão primário.

■ **RELATORA TAMBÉM COMETEU ERROS** - A relatora e agora, ex-ministra do TSE, Isabel Gallotti também cometeu vários atos falhos na leitura do seu voto. Foi ajudada por colegas várias vezes. Registramos, na época, o festival de equívocos cometidos. Ela, porém, retificou durante a sessão as suas falhas.

■ **A FORÇA DOS VOTOS DE NUNES MARQUES E MENDONÇA** - Os votos dos Ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques foram cirúrgicos no que se refere ao papel do Governador Cláudio Castro. Uma verdadeira e rara fratura exposta que revelou a



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



TRE-RJ

Processo eleitoral brasileiro foi o tema da reunião de cortesia

TRE-RJ recebe visita do cônsul-geral dos Estados Unidos

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Claudio de Mello Tavares, recebeu a visita do cônsul-geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Ryan Rowlands, na última semana. No Palácio da Democracia, eles conversaram sobre o processo eleitoral brasileiro.

Participação feminina na política, o processo de votação eletrônica e o enfrentamento à desinformação foram alguns dos temas abordados no encontro. O presidente do TRE-RJ estava acompanhado do vice-presidente e corregedor regional eleitoral, Fernando Cerqueira Chagas, e do juiz auxiliar da Presidência, Fábio Porto.

Força-tarefa para blindar as Eleições 2026 da influência do crime organizado

Com o objetivo de combater a influência do crime organizado nas Eleições de 2026 e suas tentativas de infiltração na política, o TRE-RJ instituiu o Grupo de Trabalho Unificado de Defesa da Integridade Eleitoral. O comitê, criado pelo desembargador Claudio de Mello Tavares, presidente da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, teve seu plano de trabalho aprovado na última semana, em sua primeira reunião, realizada no Palácio da Democracia, com a presença de representantes dos setores de inteligência das forças de segurança e do Ministério Público Federal.

A iniciativa busca coordenar e integrar as ações dos órgãos especializados, promovendo o compartilhamento de informações para uma atuação articulada em rede. Após uma exposição do juiz auxiliar da Presidência, Fábio Porto, o



Atuação integrada entre Justiça Eleitoral, Ministério Público e forças de segurança busca garantir a integridade do pleito e a segurança do eleitorado fluminense

desembargador Claudio de Mello Tavares ressaltou que a criação do grupo reflete a singularidade do cenário de segurança no Rio de Janeiro.

O novo grupo interinstitucional reúne representantes da Procuradoria Regional Eleitoral, do Comando Militar do Leste, da

Secretaria de Estado de Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, das polícias Rodoviária Federal, Federal, Militar e Civil, além de magistrados da Justiça Eleitoral e de diferentes setores técnicos e administrativos do TRE-RJ.



O casal Pedro Grossi e Lucinha marcou presença na festa que comemorou os aniversários do professor Rubens Belfort Jr., que completou 80 anos, e de Fabiane Brandalise, 60. Membros da Academia de Medicina prestigiaram a celebração, que reuniu cerca de 400 convidados ligados a instituições como o Hospital Sírio-Libanês, a Rede D'Or e a Universidade de São Paulo, além de representantes de estados como Maranhão, Goiás e Ceará



contaminação de um julgamento influenciado pelo Planalto, provocando até votos visivelmente constrangidos. Vale lembrar que Kassio Nunes Marques assume a presidência do TSE em 02 de junho, a tempo de julgar o recurso de Cláudio Castro antes da convenção partidária.

Assim que terminou o julgamento do TSE, muita gente na Alerj correu para os mapas de totalização de resultados. A anulação dos 70 mil votos de Rodrigo Bacellar deverá levar

o PL a perder uma cadeira. Nas primeiras parciais, quem deverá ganhar mais uma cadeira é o Cidadania, que deixou de fazer um deputado pela falta de 3 mil votos. Neste caso, assume o mandato o presidente nacional da legenda, Comte Bittencourt, que teve 39.986 votos. Focado agora em Brasília, o dirigente partidário terá de dividir o seu tempo com o mandato no Rio.

A POSIÇÃO DE CLÁUDIO CASTRO - O Ex-Governador Cláudio Castro

divulgou nota na qual rebate o resultado da citação do TSE: “Tenho plena convicção de que sempre governei o Rio de Janeiro dentro da legalidade, com responsabilidade e absoluto compromisso com a população. Recebo com grande inconformismo a decisão que, hoje, vai contra a vontade soberana dos quase 5 milhões de eleitores fluminenses que me confiaram o mandato de governador já no primeiro turno das eleições de 2022.

Reitero meu absoluto respeito aos Ministros do TSE e ao devido processo legal, mas é importante que se diga que todas as acusações apontadas no processo se referem a questões anteriores ao período eleitoral de 2022 e não tiveram qualquer influência na expressiva votação que recebi. Isso foi reconhecido pelo TRE do Rio de Janeiro. Após obter acesso ao acórdão, pretendo recorrer e lutar até a última instância para restabelecer o que considero um desfecho justo para esse caso.”